

Gilmar fala na Fiesp sobre constitucionalismo digital para internet

12/06/2023

As novas ferramentas digitais, como veículo; e a desinformação, como mensagem, devem impor à Justiça um novo mapa mundi. E, com ele, um constitucionalismo digital que implicará a “reterritorialização” do Direito.

Reprodução



Da esquerda para a direita: Humberto Martins (ministro do STJ); Gilmar Mendes (ministro do STF); Rafael Cervone (presidente do Ciesp); e Cesar Asfor Rocha (ministro aposentado do STJ)
Reprodução

O raciocínio foi esboçado nesta segunda-feira (12/6) na Federação das Indústrias de São Paulo pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes.

A questão foi colocada no contexto na eliminação de fronteiras — que permite, por exemplo, que uma pessoa trabalhe em diferentes países ou que uma empresa forneça produtos ou serviços e cobre por isso sem passar pelos canais controlados pelo Estado.

O ministro colocou como inevitável a criação de um órgão regulador no país que delimite o papel das *big techs*. Essa análise girou em torno da experiência com os dois fenômenos que sacudiram as instituições do país: a "lava jato" e o bolsonarismo.

Gilmar admitiu que qualquer que seja o formato do desejado órgão regulador, haverá grandes obstáculos a vencer.

Nesta terça-feira (13/6), será a vez do ministro Luís Roberto Barroso falar ao Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (Conjur), que é presidido pelo ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça, Cesar Asfor Rocha, ministro aposentado da Casa.

Reprodução



Da esquerda para direita: Rui Celso Fragoso, Nino Toldo, Humberto Martins, Gilmar, Rafael Cervone, Asfor, Cecilia Mello, Monica Sapucaia, Elias Haddad
Reprodução

Reprodução



Conselheiros do colegiado jurídico da Fiesp
Reprodução

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jun-12/gilmar-fiesp-constitucionalismo-digital-internet-2/>